

---

# CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO VIGENTE

## CITIZENSHIP AND GLOBALIZATION IN THE CURRENT PRODUCTION MODE

## CIUDADANÍA Y GLOBALIZACIÓN EN EL MODO DE PRODUCCIÓN ACTUAL

José Misael Ferreira do Vale<sup>1</sup>

**RESUMO:** O Autor do texto faz estudo sobre a contribuição do Ilustre Geógrafo Milton Santos sobre temas fundamentais da Ciência Geográfica. Evidencia que o ensino da Geografia alcança relevância com os estudos relativos ao espaço visto como síntese dialética dos “sistemas de coisas” e “sistemas de ação” que acontecem no interior do modo de produção capitalista. Chama a atenção para a Educação voltada à cidadania numa Sociedade Civil com enormes desigualdades sociais, econômicas, educacionais, políticas e culturais ampliadas, pelo modo produção vigente, voltado para o benefício de minoria poderosa.

**Palavras-chave:** Milton Santos. Geógrafo. Espaço físico e social. Ensino de Geografia. Cidadania e Civismo. Globalização. Sociedade Civil.

**ABSTRACT:** The author of the text makes a study on the contribution of the Illustrious Geographer Milton Santos on fundamental themes of Geographic Science. It shows that the teaching of Geography reaches relevance with studies related to space seen as a dialectical synthesis of “systems of things” and “systems of action” that take place within the capitalist mode of production. It draws attention to Education aimed at citizenship in a Civil Society with enormous social, economic, educational, political and cultural inequalities, increased by the current production mode, aimed at the benefit of a powerful minority.

**Keywords:** Milton Santos. Geographer. Physical and social space. Teaching Geography. Citizenship and Civility. Globalization. Civil society.

---

<sup>1</sup> O autor é formado em Filosofia pela USP. Mestrado em Educação pela FEUSP, Doutor em Filosofia da Educação pela Universidade Católica de São Paulo. Professor de Filosofia da Educação nos cursos de Pedagogia de Marília e Bauru, ambos da UNESP. Professor de Cursos de Pós-graduação da UNESP. Diretor da Faculdade de Ciências da UNESP de Bauru (SP) no período de 1997-2001. Começou as atividades docentes em 1957 como professor primário. Membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru - SP. E-mail: jmisaelvale@yahoo.com.br.

Artigo recebido em janeiro de 2022 e aceito para publicação em maio de 2022.

**RESUMEN:** El autor del texto realiza un estudio sobre el aporte del Ilustre Geógrafo Milton Santos sobre temas fundamentales de la Ciencia Geográfica. Muestra que la enseñanza de la Geografía alcanza relevancia con los estudios relacionados con el espacio visto como una síntesis dialéctica de “sistemas de cosas” y “sistemas de acción” que se dan dentro del modo de producción capitalista. Llama la atención la Educación dirigida a la ciudadanía en una Sociedad Civil con enormes desigualdades sociales, económicas, educativas, políticas y culturales, acrecentadas por el actual modo de producción, en beneficio de una poderosa minoría.

**Palabras clave:** Milton Santos. Geógrafo. Espacio físico y social. Enseñanza de la Geografía. Ciudadanía y Civilidad. globalización. Sociedad civil.

Convidado que fui para dizer sobre a importância da pessoa do Professor Doutor Milton Santos nos estudos científicos de Geografia e, ao mesmo tempo, sobre a questão da “representação e interpretação do espaço físico-social no ensino da Geografia Escolar”, achei por bem falar, também, sobre aspectos básicos de provável Teoria da Educação Escolar que advogo, após muitos anos de docência, em todos os níveis de ensino do país.

Antes, porém, é necessário dizer algumas palavras sobre a ilustre pessoa do Geógrafo Milton Santos, autor de inúmeras obras sobre o espaço científico e social da Geografia como objeto de ensino capaz de formar alunos dotados de consciência crítica em relação ao país e ao mundo. Ao ler as obras de Milton Santos percebi que o mestre não ficava preso ao fato ou fenômeno observado, mas a sua inteligência integradora ia além e procurava reunir ideias capazes de fornecerem uma interpretação legítima do fato observado. Para tanto, não tinha receio de incluir em suas análises pensamentos de autores não necessariamente geógrafos para esclarecer aspectos importantes da Geografia Física e Humana. O pensador sabia que a Geografia seria enriquecida em suas análises com o aporte de pensamentos de áreas de conhecimento afins dignas de respeito. Leitor assíduo de *Sartre*, autor de análises filosóficas sobre a importância da liberdade no *projeto social de nação*, sempre cobrou para o nosso país um projeto social (político, econômico, cultural, moral etc.) para o Brasil, como forma de engrandecê-lo como país relevante. Assim, como era possível conhecer uma pessoa pelo seu *projeto de vida*, do mesmo modo seria possível conhecer mais fundo a nação pela explicitação de seu projeto de país livre e soberano. Pessoalmente me atrevi a ler obras de conteúdo geográfico porque Milton Santos me disse que havia necessidade de a Geografia ter a ajuda do pessoal da Educação e de outras áreas das Ciências Humanas. E a leitura de suas obras evidencia o quanto o Geógrafo valorizou o pensamento crítico reflexivo de autores de outras áreas afins à Geografia. Foi o que aconteceu com o pensamento de Marx implícito nos textos do Geógrafo em relação à importância de análise aprofundada do modo de produção capitalista que realça a ciência política e a ciência econômica numa dialética voltada para hegemonia do todo social. Sabe-se que a leitura do Filósofo da Práxis oferece a qualquer estudioso da Sociedade um método precioso de abordagem da realidade física e social.

Viver numa sociedade capitalista é conviver com a *desigualdade e injustiça social* oriundas de uma estrutura de poder que tem suas mãos *os meios de produção* e o *Estado* controlador e mantenedor, em última instância, da ordem social hegemônica de uma minoria poderosa. Milton Santos acreditava no poder da *Sociedade Civil* esclarecida e consciente de ações públicas no favorecimento das populações mais necessitadas do país. Daí, a sua crença no poder das ações de *políticas públicas* voltadas para a resolução ou encaminhamento dos problemas sociais como fator de transformação de uma sociedade que não valoriza os trabalhadores e não leva em conta os direitos do cidadão em relação à saúde, ao emprego, ao “tempo livre”, à cultura e à educação escolar pública. A *res publica* exige a participação política de todas as pessoas da Sociedade Civil, como estratégia básica para enfrentar o Estado organizado com base na produção econômica das forças de trabalho. Trabalho gerador do valor mediante a participação do povo trabalhador na *produção da mercadoria*, síntese de *valor de uso* e *valor* (de troca) segundo a *Teoria do Valor* pensada por Marx, relegada ao esquecimento pela economia oficial de nosso tempo. A Teoria do Valor de Marx é dialética; estabelece a relação entre a *qualidade* e a *quantidade*, dois aspectos distintos articulados da realidade físico-social. O valor de uso da mercadoria diz respeito à utilidade, à necessidade, à carência da mercadoria ou coisa considerada. Só tem valor o que é necessário à pessoa humana. O valor de troca indica o valor da mercadoria ou da coisa considerada para os desejos humanos. O valor, neste caso, significa transação econômica que tem por base o valor-dinheiro mediante o qual o dono do capital ajuíza o lucro do investimento ou do empreendimento ao estabelecer a relação de custo da mão de obra e dos gastos de produção etc. É o trabalho do trabalhador que gera a maior parte do valor da mercadoria através da chamada *mais-valia*. Percebe-se que o trabalhador é parte importante no processo de produção da riqueza econômica do país que exige sempre melhor qualificação profissional por meio da Educação.

Nesse sentido ousou apresentar uma visão de Educação Escolar como relação dialética entre *conteúdo* e *método* ou *conteúdo* e *forma* como aspecto fundamental para a formação dos alunos da Educação Infantil à Universidade no domínio de conteúdos científicos e tecnológicos bem como domínio da Língua Pátria e conteúdos culturais relevantes ao mundo contemporâneo *como agente de produção material e imaterial*.

A relação entre os aspectos da prática educativa é *dialética* porque posto o *conteúdo* a ser estudado e assimilado, obriga, necessariamente, o docente a pensar e arquitetar um *modo* de *como* ensinar determinado conteúdo relevante. A rigor não há ensino sem conteúdo. Quem ensina, leva algo significativo a alguém. *Professor* e *aluno* se encontram na *relação dialética* de *quem ensina* e de *quem aprende* no plano da formação escolar do aluno. A relação dita *dialética* resgata o movimento histórico que se caracteriza no sentido de “a” para “b” (esquerda para direita) e de “b” para “a” (direita para esquerda) numa ação de conhecimento e relacionamento entre coisas diferentes. A *dialética* se caracteriza pela “síntese do diverso”, coisas diferentes que se relacionam necessariamente formando um “todo” de ações.

O método dialético capta o *movimento histórico* da realidade física e social. A relação de conhecimento na prática social da Educação coloca a *quantidade* em vínculo com a *qualidade*. O *Educador* sintonizado com as classes populares valoriza em primeiro

lugar a *quantidade* porque sabe do valor instrumental e social da Educação na formação de **todos os jovens**. Mas, não basta oferecer a Educação sem restrição para toda a sociedade. É preciso, num segundo momento dialético, encontrar as formas adequadas de atender às necessidades pessoais e sociais do contexto. Erra quem inverte a *ordem dialética* e propõe o “ensino de qualidade”, em primeiro lugar, sem levar em conta os aspectos quantitativos (como atendimento de todos os alunos, capacidade da escola, o conforto da sala-de-aula, a alimentação dos alunos, banheiros, bebedouros, área de recreio, a formação do professorado etc.). O “ensino de qualidade”, sem o respeito à quantidade, gera sempre o ensino “elitista” para poucos esquecendo “os esfarrapados do mundo”. Assim, aconteceu no país, em relação ao ensino colegial confessional, desde a Colônia, dirigido para poucos privilegiados. Pobres dos escravos, mulheres, crianças, desafortunados de toda ordem que não tiveram a oportunidade do ensino voltado para o domínio do ler, escrever e calcular, ponto inicial para a assimilação gradativa da cultura nativa e adventícia.

Na relação dialética entre *ensino e aprendizagem*, há um espaço físico-social privilegiado, de há muito conhecido, **a sala de aula**, no contexto de qualquer educação formal, onde acontece a relação docente professor-aluno. Com razão Florestan *Fernandes* afirma em *O Desafio Educacional* que “a sala-de-aula fica na raiz da revolução democrática: ou ela forma o ser humano livre, autônomo, o cidadão, ou ficaremos entregues de forma mistificadora a um antigo regime que possui artes para se transformar continuamente com mudanças superficiais da economia vigente”. O espaço da *sala-de-aula* é o local adequado para a relação de conhecimento e conscientização da realidade física e social através das ciências, tecnologias e sistema informacional como, aliás, pensava Milton Santos. Na perspectiva “miltoniana” o currículo escolar desde o ensino infantil, teria de privilegiar o pensamento científico, racional, tecnológico, linguístico, moral e informacional como *valores* maiores da inicial formação humana. Sem alfabetizar toda a população ensinando o ler, o escrever e o calcular nenhum país ou nação avança de maneira sólida em seu desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. O maior perigo será privar os alunos das camadas populares da Educação Integral, necessária à era industrial e que se apresenta como irreversível para civilização atual baseada na produção de mercadorias para o atendimento das necessidades humanas. Mas, cumpre alertar para o fato de quando se fala em ciência como totalidade há de se considerar dialeticamente a ciência física e a ciência humana. Acredito, por exemplo, que a Geografia e a História são, dialeticamente, ciência física e ciência humana; em ambas há **fato e valor, realidade e propósito, juízos de realidade e juízos de valor** sobre o mundo e as coisas, bem longe da concepção “positivista lógica” que separa a *ordem da realidade* da *ordem do valor*.

Cumpre observar que a Escola Nova Popular (no caso, a escola de Celéstin Freinet e a de Paulo Freire) elaborou metodologias próprias para atender aos alunos das camadas populares, o primeiro, criando variadas técnicas didáticas para assimilação do conteúdo (“a aula passeio”, “o texto livre”, “o livro da vida”, “a conferência feita pelo aluno”, “a tipografia na escola”, “a correspondência escolar” etc.); o segundo, aplicando metodologia própria de alfabetização para jovens e adultos (através de “palavras e temas geradores”, com base em palavras trissílabas do contexto de vida do aprendiz) a permitir pelo processo combinatório

das sílabas, a formação de novas palavras e a possibilidade de se chegar à formação de frases. De forma geral, a Escola Nova criou inúmeros expedientes de base psicológica como, por exemplo, o Método de Projeto, o Centro de Interesse e de todos os temas abordados pelos teóricos do “ativismo” pedagógico escolanovismo: Claparède, Ferrière, Montessori.

O segundo aspecto da Teoria da Educação Escolar que destaco é o *contexto da Educação Escolar*. A educação sempre está ligada ao entorno e às ideias dominantes dos grupos dominantes, como escreve o Filósofo da Práxis em *A Ideologia Alemã*. Leia, por exemplo, a afirmação a seguir:

O resultado geral e que, uma vez obtido, serviu de guia para meus estudos pode formular-se, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade; ao contrário, é a realidade social que determina a sua consciência. (...) E continua o Filósofo da Práxis: Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas de Estado, não podem ser explicadas, por si mesmas, nem pela chamada “evolução geral do espírito humano”; estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existência, em seu conjunto, condições estas que Hegel, a exemplo de ingleses e franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de “sociedade civil”. (*A Ideologia Alemã*, p.102 e 103)

Ciente de que a vida material da existência gera a superestrutura cultural em geral, o terceiro ponto a considerar na Teoria da Educação Escolar (TEE) foi entender que, além dos *conteúdos e métodos, o contexto ou entorno da escola*, há a importante questão dos *Fins e Valores* de uma Educação contextualizada. A “sociedade civil” incorpora os modos de pensar, agir e sentir em conformidade com o modo de produção dominante. Nesse processo de desenvolvimento real, o ser humano atua em condições determinadas e empiricamente visíveis. Não lhe cabe atuar abstratamente, mas sim, agir no âmbito do “concreto pensado” longe de “abstrações ocas”, metafísicas, estas, longe da realidade física e social da existência humana real. Milton Santos, que admirava o pensamento de Sartre, tinha claro que a existência precede, sempre, a essência em todos os âmbitos da vida coletiva consciente.

A Geografia e a História são, no meu entendimento, ciências da realidade concreta, seja em relação aos fatos físicos e aos fatos sociais, Além da *descrição* dos fatos e realidades concretas, a *interpretação* geográfica e histórica não pode fugir da realidade concreta do mundo, correndo o risco de se transformar em “flatus vocis” (voz vazia) ao negar os

pressupostos básicos de sua existência concreta e epistemológica. Tanto Milton Santos, bem como a tradição marxista precedente, pensaram os *fins e valores* como práticas sociais (portanto, culturais) a envolver condutas reais e concretas: a formação da pessoa humana pela ação social através da Educação comprometida com valores da democracia liberal ou a popular e com a reflexão ética sob a conduta pessoal e coletiva humanas. Particularmente, no caso de Milton Santos, o descaso comportamental de muitos, taxados pelo Geógrafo de “deficientes cívicos”, certamente não interessados com a “res publica”, mas usufruindo calculadamente dos seus benefícios e lucros, era algo desonesto a ser vilipendiado.

Quero nesta oportunidade parabenizar a Comissão organizadora do evento pelo fato de colocar em evidência o ensino de Geografia na Escola Pública mantida pelo Estado Republicano brasileiro que, através dos políticos de primeira hora, exaltou a necessidade do ensino público popular que não dera a oportunidade da instrução pública aos pobres, escravos, quilombolas, mulheres, crianças e a população de trabalhadores subalternos e abandonados à própria sorte durante a Colônia e o Império. Digo, com segurança, que a educação pública popular, institucionalmente organizada, surge com a República, uma vez que os anteriores setores organizados dentro da sociedade brasileira (a igreja e colônia-império) embora conscientes da questão social da educação pouco fizeram de concreto para instruir a massa de analfabetos existentes, apesar de o ensino primário ter acontecido legislativamente mediante anúncio, em 15 de outubro de 1827, a vontade do Imperador Pedro I pela valorização do ensino primário no reino. Assim, parece justo dizer que a novel República abriu espaço institucional para a formação escolar primária, base inicial da formação do cidadão com consciência social pelo destino da nação brasileira. Os primeiros republicanos colocavam a Educação entre os primeiros propósitos da República que florescia na nação! Com republicanos como Caetano de Campos a formação do professor primário pela Escola Normal foi considerada essencial ao sucesso da escola fundamental.

É preciso dizer que a Escola Pública mantida pelo Estado brasileiro é, certamente, o único espaço social e cultural para que milhões de crianças *pobres e desvalidas* matriculadas no ensino infantil e fundamental a valerem das ferramentas sociais e culturais, (os meios), as ferramentas práticas e simbólicas (como o ler, o escrever e o calcular, o *ABC tradicional* na fala de Mário A. Manacorda) indispensáveis à futura apropriação *do ABC Contemporâneo* que o saudoso Milton Santos identificou como a formação científica, tecnológica e informacional necessárias ao indivíduo e à sociedade de nossos dias em crescente e irreversível processo de industrialização com o desenvolvimento enorme do capitalismo a partir de 1860 e início do século XX.

Atualmente a Escola Pública brasileira mantida pelos cofres públicos, por princípio constitucional, é desafiada pela *dialética da quantidade e da qualidade* mediante o repto de não deixar nenhuma criança fora da escola e ao mesmo tempo criar uma escola com ambiente favorável aos estudos gerais ligados à realidade dos alunos sob a óptica da compreensão e entendimento dos novos tempos. Ademais, cabe à escola e aos professores a difícil tarefa de evidenciar aos alunos pobres e marginalizados, a necessidade de a escola como meio de promover a pessoa para a melhoria pessoal sem destruir a própria *instituição social* chamada

escola como meio de promoção social num contexto competitivo, difícil, criado pelo modo de produção atual. Diante de tal desafio a escola terá de renovar-se, com base em contextos ricos à vivência da criança e do adolescente através de análises e sínteses do espaço próximo do aluno. É enorme o desafio da Escola Pública num ambiente pobre e desigual.

Como alertava o Filósofo da Práxis, falar da *qualidade* é falar da realidade concreta do mundo, longe das abstrações esvaziadas da vida real, abstrações de caráter metafísico distanciadas do fenômeno concreto do mundo. Tratar da Educação Pública Escolar é falar sobre o ensino ministrado por uma **Instituição Social** que não se confunde com Organização Social. A Escola é uma Instituição Social porque é parte integrante, inerente ao direito constitucional da pessoa humana à Educação Pública e como tal não poderá ser confundida com governo sujeito a interesses e orientações particulares de pessoas e grupos. A Escola com Instituição Social não se confunde, como viu muito bem Anísio S. Teixeira, *com empresa ou fábrica sujeita a decisões de um gerente*. A escola é o espaço da sala-de-aula, espaço coletivo, democrático, não discriminador, espaço socializador do conhecimento e da prática legítima para toda a população. Em termos quantitativos o Brasil possui entre 30 a 40 milhões de estudantes. Isso significa que o Brasil grande, possui mais gente nas escolas do que a população integral das Repúblicas vizinhas tomadas de *per si*.

Em termos qualitativos a Escola Pública mantida pelo Estado democrático enfrenta o desafio próprio ao ensino quantitativo. O desafio a que me refiro é a existência real de classes numerosas nos anos iniciais de escolarização sempre condenadas pelos Educadores preocupados com a educação de qualidade. Freinet, na França, dizia que nenhuma Pedagogia resistiria às classes numerosas com apenas um professor para atendimento individualizado dos alunos. A classe “manejável” não deveria ter mais do que 25 alunos numa escola de formação da juventude. Essa orientação pedagógica nunca foi levada a sério no Brasil pelos economistas de plantão sempre interessados em fazer economia com o dinheiro da Educação utilizando expedientes nada louváveis de transferências de orçamentos! As classes lotadas sempre foram a forma mais eficiente de degradar o trabalho docente. O ensino superior privado utiliza-se de classes superlotadas porque tenta aliar o quantitativo com os objetivos maiores da empresa particular (o lucro) sem atender, na maioria das vezes, a função tripla do ensino superior (ensino, pesquisa e extensão).

E, agora José? Como fica o ensino de Geografia e História no interior de um modo de produção capitalista? As duas disciplinas científicas, em nossa visão, trabalham com *juízos de fato* (realidade concreta do mundo) e *juízos de valor* (avaliação da ação humana no interior de um contexto real). Se assim não fosse não seria possível o **ensino crítico-reflexivo** sobre a realidade física e social aos alunos, mesmos aos de pouca idade. Ademais sem a consciência, por exemplo, da **desigualdade social** evidente, um fato de realidade, seria impossível emitir um juízo avaliativo da situação constatada. Nós, os humanos, estamos condenados à emissão de juízo valorativo sobre as ações humanas, principalmente, numa Sociedade de classes! O desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo sempre exigirá análises e sínteses sobre as **coisas** e as **ações humanas**. Esse parece ser o âmagdo do pensamento de Milton Santos que, agora, passo a examinar com mais atenção.

Para começo, seria de todo conveniente dizer que dois temas são uma constante no pensamento do Geógrafo: globalização e cidadania, ambos no espaço do modo de produção burguês capitalista. Como todo pensador progressista Milton sabe e muito bem que o atual modo de produção é o mais evoluído dos tempos modernos. Nunca o mundo produziu tanto e gerou riquezas imensas. Nunca o mundo viu resultados espetaculares no âmbito das ciências e da tecnologia, hoje, com o acréscimo da informática que aumentou a velocidade da produção e da circulação da mercadoria, esta mercadoria a ser fonte de crescimento quase exponencial do trabalho e da riqueza humana. Mas, o modo de produção tão eficiente trouxe consigo a contradição entre o planejamento e a sua execução tão bem formulada por Taylor na formação atual do capitalismo. Como se sabe, a contradição entre as classes envolvidas no processo de produção e a descoberta da “mais valia” antecedem as formulações ideológicas e administrativas de Taylor e Fayol, decisões, na verdade, de *poder e soberania*. Diante dessa situação de conflito explícito como conduzir a Educação Integral, intelectual e moral, dos alunos da Escola Pública mantida pelo Estado, como prevê a Constituição do país, com o acréscimo da admissão legal do ensino privado. Assunto para a Filosofia de Educação e a Sociologia Educacional.

É possível dizer de antemão que o enfrentamento da questão da Educação Escolar não seria através do negativo “ensino bancário” descrito pelo Professor Paulo Freire em a “Pedagogia do Oprimido” quando o docente tenta depositar o conhecimento na cabeça do aluno, tal como se faz com o dinheiro numa conta bancária. Não seria possível, também, adotar uma Pedagogia Autoritária, contrária, na base, à necessária transformação política-social-econômica da nação.

Milton Santos sabe que o ensino significativo e transformador terá, sempre, como ponto de partida, a análise do modo de produção dominante e que a “base econômica” será, sempre, geradora de toda superestrutura sócio-cultural-política possível num mundo dividido por necessidades concretas conflitantes. As análises da economia burguesa feitas pelo Geógrafo são minuciosas e relacionadas com o conhecimento de muitos autores consultados em profundidade sobre o espaço social numa democracia liberal. O ensino de Geografia será sempre contextual em busca do “concreto pensado” que o Filósofo da Práxis ensinou no texto “*O Método da Economia Política*”, onde afirmou, de modo peremptório, que o **concreto** é “concreto, por ser a síntese de múltiplas determinações”. O espaço geográfico é, em suma, “síntese de múltiplas determinações” em relação às *coisas* do mundo e às *ações* humanas numa relação dialética entre objetos distintos de análise e síntese. Contudo, o estudioso e o docente de Geografia precisa ter claro que a realidade humana começa com a História, nunca antes da História por capricho de um deus, como num “passe de mágica”. O ser humano nasce biologicamente num mundo histórico e se faz na História. O humano é produto da História e se desenvolve num espaço histórico e geográfico. Como o ensino da Geografia é histórico, ele será passível de transformação ao longo do tempo.

É sempre salutar acrescentar que a *visão* dos estudiosos progressistas é imanente. Não cabe nos estudos de Geografia e História a *transcendência*, o apelo a seres fora o mundo material da Geografia e História concretas. Não cabe, também, a decretação do “fim da

História”. O humano é produto da História, num tempo histórico. Ele nasce com a História e se faz e refaz na História. Nasce-se num contexto histórico-social-cultural: nasce-se numa circunstância, num lugar, que não se escolhe de antemão. Mas, recebe as influências da cultura construída existente ao nascer, mas ao longo do tempo histórico tem a capacidade de mudar a circunstância, ao se constituir como ser social-cultural consciente e assim conseguir mudar a própria História. Não há determinismo posto de antemão, em definitivo, capaz de imobilizar os humanos. Nas *Teses sobre Feuerbach, o Filósofo da Práxis*, afirma que o defeito de todo o materialismo do passado reside no fato de “a realidade sensível ser tomada sob a forma de objeto ou intuição, de modo subjetivo, jamais como atividade humana concreta, isto é, como prática”. O filósofo acrescenta ainda, que “a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática.”

Dentro de uma visão progressista de Educação o processo de conscientização é fundamental. Educar é conscientizar o aluno sobre o mundo humano e formá-lo, quando possível, numa perspectiva de transformação. Como colocar esse posicionamento gnosiológico no dia-a-dia do ensino de Geografia e História? A resposta é complexa e longa. Tomo a liberdade de ressaltar alguns pontos:

1. Ter como norte pedagógico no ensino, em primeiro lugar, a *exploração concreta do mundo* em toda sua diversidade sob a óptica da ciência, tecnologia e dados informacionais como indicava M. Santos. Colher o máximo de elementos sobre o objeto escolhido para pesquisa e estudo sempre na perspectiva de manter sob observação o “sistema de coisas” e o “sistema de ações” humanas de um aspecto da realidade concreta do mundo. Cada região do Estado de São Paulo apresenta uma história passada em termos do modo de produção vigente. O desenvolvimento industrial, o agrícola e pecuário tomam certa configuração em cada região criando uma base diferenciada com características próprias com agroindústria específica, regiões de produção massiva, trabalhadores especializados e não especializados. Em suma, a produção, com o tempo, reestruturou as formas tradicionais de trabalho em relação ao consumo aumentado das populações. Desta forma, a região de Ribeirão Preto, estudada pela Geógrafa Denise Elias, terá peculiaridades que a Região de Presidente Prudente ou de Bauru não apresentam de modo semelhante em sua evolução socioeconômica. A Região de Presidente Prudente que outrora fora palco de ação da burguesia denominada por um professor meu conhecido de a “elite do boi”, aparece de modo mitigado na Região de Bauru onde impera, desde longa data, a influência real de “a elite do comércio”, “a elite médica” e da “magistratura”. Estas hipóteses precisam ser estudadas desde longa época e verificadas empírica e estatisticamente como relevantes ou não. Exigem comprovação real, baseadas em fatos, ou não passam de simples intuição sem base científica. Intuição é importante para a ciência, mas não é ciência!
2. Ter consciência de que a ciência, tecnologia e informática foram apropriadas pelo capitalismo moderno para o reforço do modo de produção com consequências efetivas para o desenvolvimento urbano e social gerador de cidades com alto aumento do consumo de bens necessários essenciais numa economia de mercado.

A *ferrovia* e o *automóvel*, especialmente no começo do século XX, foram responsáveis pelo desenvolvimento urbano em muitas nações em crescimento. As invenções tecnológicas criaram, na realidade, uma civilização diferente, com modo de produção baseado na produção de mercadorias exigentes em quantidades enormes de ferro e aço e em instalações gigantescas funcionando à base de padrões rígidos de supervisão e controle de produção.

3. Não se deve esquecer que a *mercadoria* é a base do capitalismo, como bem registra *Marx* no capítulo I do Livro I de *O Capital*. Leia esta afirmação inicial de *O Capital*:

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria.

Síntese dialética de “valor de uso” e “valor” (de troca), a *mercadoria* tem longa história no passado da Humanidade, mas é em meados do século XIX e início do século XX que a produção da mercadoria avançou, com a participação do trabalhador nas fábricas, gerando o capitalismo fabril ou manufaturado baseado na propriedade privada dos bens de produção e na “compra” do trabalho operário mediante o salário. O processo de industrialização de mercadorias, centro do modo de produção capitalista, é movimento irreversível na História da Humanidade diante das necessidades do ser humano no mundo, cada vez mais populoso, com mais de 7 bilhões de pessoas. Contudo, o capitalismo industrial abriu espaço para emergência da *contradição* ao criar uma fenda no organismo social entre a classe dominante, proprietária dos bens de produção (maquinarias e bens de produção capitalista), responsável pela produção planejada, administradora do trabalho no interior da fábrica em contraposição ao trabalhador que será obrigado a alienar a sua força-de-trabalho para sobreviver num espaço competitivo. Para gerar o lucro a empresa capitalista se obrigada a dimensionar a relação produção-consumo, a relação matéria prima-preço de venda do produto. Seria falso, todavia, não perceber que o advento da fábrica moderna aumentou consideravelmente a oferta de variados produtos (úteis, na fala de Aristóteles) para quem os pudesse comprar. O trabalho artesanal, todo de início, na mão do trabalhador, ficou para trás diante da “programação”, do “planejamento do trabalho”, das “regras de produção”, do “modo padronizado de produzir”, da “supervisão constante”, dos “índices de produção”, da “avaliação do trabalhador” etc. A “nova administração” instalou a “sala de planejamento do trabalho” como estratégia para conduzir a produção e evitar “a cera do trabalhador” durante o serviço.

4. O mundo mudou com o advento do capitalismo e muito. Não há como negar que o modo de produção burguês gerou multidão de “bens de consumo” e facilitou, em muitos aspectos, a vida social. Muitos foram beneficiados com as benesses do capitalismo, mas multidões ficaram à margem dos benefícios materiais, sociais, educacionais e culturais decorrentes de a oferta mitigada de recursos para a assistência social em geral. Bem poucas vezes a Educação Básica garantiu igualdade de condições a toda a população carente de ensino público. Foi preciso estimular as famílias pobres com recompensas monetárias a fim de

os alunos das camadas populares tivessem os benefícios da escolarização. A falta enorme de creches e ensino dos 4 aos 5 anos anteriores ao ensino fundamental, com as mães trabalhando fora do lar para fugir da miserabilidade cruel dos desempregados, assumiu contornos hediondos com a falta da Escola de Tempo Integral sugerida e praticada por Leonel Brizola no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro (consulte para tanto “O livro dos CIEPS, 1986). O desenvolvimento social do Brasil estava a exigir um novo “tipo” de escola para atender às Comunidades e à Sociedade em geral. Acredito que os CIEPS (Centros Integrados de Educação Pública) levados à frente por educadores bem formados teria evitado a deterioração gradual do espaço social das comunidades e das escolas em geral, com consequências que vemos e percebemos no presente.

5. A crescente urbanização do país, resultado de inúmeros determinantes (aumento demográfico da nação, organização do Estado, crescimento da “sociedade civil”, formação de sindicatos de obreiros, necessidade de habitação para todos, escola integral, saúde e luz para todos, rodovias e ferrovias para atender o interior do país, emprego e investimentos etc.), criou as condições básicas para a sustentabilidade da indústria fabril e o encorajamento das atividades agrícolas de pequeno, médio e grande porte. A longa tradição da monocultura começou a dar lugar à “Agricultura familiar” e à diversificação da produção agrícola (Agronegócio com plantações extensas de soja, milho, algodão, Agropecuária com a criação intensiva de gado de corte e de leite, criação de porcos, bubalinos, equinos etc.) ensejaram a oportunidade da exportação num mundo em processo de constante globalização cruzada. Dá para perceber que o mundo atual é dinâmico e competitivo. O que interessa é produzir e “o que importa é exportar” na fala de um dos Ministros da Economia de tempos passados. Assim, quem não está sintonizado com os novos tempos terá dificuldades diversas, uma vez que a ideologia do sistema “é estudar, viver e trabalhar num mundo tecnológico”. Nada, pois, de Educação Integral que forme o educando “em, muito sentidos” possíveis da Cultura Humana. Nada de “perfumaria”, nada de Literatura, nada de Poesia, nada de Teatro, nada de Filosofia, nada e Sociologia, nada de Geografia Humana, nada de História Crítica etc.

6. A Cidadania perde com uma Educação muito estreita, focada num aspecto importante, mas não único da vida humana. O ensino da Geografia e da História seriam, a meu ver, indispensável à formação da pessoa ativa para a Sociedade Civil, ao acreditar na importância do ensino crítico-reflexivo sobre a realidade social concreta do mundo, competitiva e contraditória com classes distintas que dificultam alcançar a sociedade plena para todos os humanos. Há “muitas pedras no caminho” como diria o Poeta, mas não faltará disposição para que multidões de cidadãos pensem em concretizar um mundo melhor para todos! E a Educação Escolar, de uma forma geral, é porta de entrada para o início da estruturação da *cidadania consciente* para aqueles que a frequentarem com espírito atento. A formação do cidadão é fruto de muitos embates sociais que o ensino significativo da Geografia e da História ajudam a resgatar a cidadania perdida e a recuperar o ensino valioso esquecido para multidões ao longo do tempo histórico. Nesse processo de ativar a cidadania é preciso saber que o poder sempre está posicionado para enfrentar os embates populares que ocorrem no seio da Sociedade Civil. Cabe a todos participarem das *ações populares* que, corajosamente, enfrentam o poder instituído dominante

naquilo que ele tem de injusto, perverso, moroso, falso, mentiroso, burocrático, contrário às necessidades básicas das camadas pobres, incapazes de usar grandes recursos disponíveis para enfrentar o sério problema da falta de moradia e transporte para os trabalhadores, escassez de água encanada tratada e saneamento básico para a população periférica e muito outros pontos que qualquer civil consciente saberá enumerar! Para Milton Santos o engajamento em qualquer movimento social que tenha por finalidade melhorar as condições de vida das populações desassistidas é um movimento de cidadania, numa sociedade de economia de mercado geradora de desigualdade, pobreza e injustiças sociais.

7. O Geógrafo brasileiro, premiado no exterior, sabe que o espaço social é síntese dialética de “sistema de coisas” e “sistema de ações” num processo relacional de “fixos” e “fluxos”. O mundo humano será sempre um embate de coisas físicas e ações humanas, que os estudos de Geografia Física e Geografia Humana cobrem com distinção. Ao utilizar “sistema de coisas” Milton Santos se incorpora aos inúmeros filósofos que, desde a “antiguidade clássica” tomam o conceito de “coisa” como categoria (ideia) legítima. Na Grécia antiga a palavra “coisa” (*ousia, pragma*) era de uso corrente; designava tudo aquilo que poderia ser pensado na natureza (como fenômeno). Quase sempre “coisa” é usada no lugar de “objeto” ou da pessoa. DESCARTES, no século XVII, dizia: “eu sou uma coisa (*chose*) que pensa”. Os romanos usava a palavra “res” para designar “coisa” (“res publica”), coisa pública, tão desvirtuada atualmente. KANT foi além. Após distinguir “as formas *a priori* da sensibilidade (*Espaço e Tempo*) das “categorias da inteligência ou do entendimento”, em número de dez segundo indicação de Aristóteles, o Filósofo alemão distingue a “coisa” (como “*fenômeno*”), passível do conhecimento racional humano, da “coisa-em-si (o “*númeno*”) não conhecível pelo pensamento racional científico. Desde então, nenhum filósofo importante do Ocidente depois de Kant tentou provar *racionalmente* a existência de Deus. A tarefa, difícil, ficou para os filósofos católicos de orientação tomista centrada na ideia aristotélica de “primeiro motor” que “tudo move, mas não é movido”, uma vez que para Aristóteles “não há regressão infinita”. Por outro lado, para K. Barth, teólogo protestante, a Filosofia de Cristo é “Cristo sem filosofia”. Mas, para os estudiosos da Geografia e da História os humanos estão entrelaçados às coisas, vivemos entre coisas, pensamos e agimos no meio de coisas por meio de um “sistema de ação” pensado para compreender a atuar no “sistema de coisas”. Ao analisar os dois sistemas percebe-se que o modo de produção burguês tem um “sistema de ação” centrado no *poder*, na dominação, na direção dos empreendimentos e na criação dos projetos de seu interesse e não nas necessidades dos subordinados. Surge assim, a “sociedade fendida” baseada em fins e valores dominantes, tão forte que os subordinados incorporam a *relação de subordinação* em suas práticas usuais de pressão de cima para baixo. Ouvi e vi, certa feita, um pedreiro bater com a colher na caixa de massa cobrando de modo autoritário o seu ajudante pela demora do material necessário à construção de certa parede. No capitalismo tudo passa a girar em termos da relação superior-subordinado em qualquer atividade considerada vital. Por isso, o processo de privatização torna-se perigoso quando se lembra de Anísio S. Teixeira que, na década de 1960 percebia na sociedade brasileira o ímpeto real de “privatizar o público”. Esse processo tomou força em 1980-1990 com a privatização do ensino superior em decorrência da política

conservadora dos vestibulares que fortaleceu a emergência do “empresário da educação” superior. A meritocracia defendida por muitos poderosos é extremamente excludente uma vez que os vestibulares selecionam poucos e recusam muitos ao ensino superior, mas cumpre o papel de amortecer o ímpeto estudantil por mais vagas. Será sempre oportuno dizer que a verdadeira escola de formação básica jamais poderá ser uma *empresa, uma fábrica!* Todavia o risco existe. Hoje temos o “gerente da escola” ao invés do “diretor de escola”. Parece a mesma coisa, mas envolve afirmação de Filosofias da Educação distintas e contraditórias. A produção fabril e coisa diferente da formação educativa!

8. Como o modo de produção fabril urbano reforçou a oportunidade dos negócios agrícolas de grande monta através de *políticas públicas* destinadas ao agronegócio, também o futuro estará na dependência de “oligopolização” da economia, do território, da cidade e do avanço da política neoliberal com “a ampliação do mercado interno-externo”. A expansão do meio técnico-científico é importante aos destinos da sociedade civil, mas “tudo depende da vontade política” diz Milton Santos. Seria interessante finalizar este estudo transpondo, na íntegra, o pensamento de M. Santos, em “A urbanização brasileira”:

Como será o trabalho nos próximos anos? Da forma como ele for, dependerá a forma como a urbanização se dará, também porque aí pode estar a semente de nova consciência política. Ora, a vontade política é o fator por excelência das transfusões sociais.

Daí, penso na importância de os membros da Sociedade Civil estarem atentos aos rumos da política e sua aia, a economia tradicional, que através do executivo e do legislativo procuram dar forma aos “sistemas de ação” dominantes.

9. É difícil prever o futuro, mas a observação geográfica e histórica tem mostrado o dinamismo das camadas populares diante de iniciativas sociais do poder estabelecido. A construção de Brasília, por exemplo, não se restringiu à transferência do aparelho estatal a uma cidade limitada conforme imaginavam os idealizadores. A “grande cidade” sempre gera cidades “satélites” sem controle amplo do poder decisório. A corrida para conseguir emprego na “nova capital” deslocou multidões de trabalhadores de vários pontos do país (especialmente do Nordeste) gerando inúmeros problemas que a política federal foi obrigada a reconhecer. A intensa presença de trabalhadores com familiares acabou por gerar posteriormente uma “sociedade civil” consciente de suas necessidades. A capital de São Paulo criou inúmeras “cidades médias” no interior do Estado com dinamismo próprio, mas sintonizadas com o poder estadual e dele recebendo auxílios dentro de preocupações políticas. O Estado foi dividido em “regionais” atreladas a diferentes “programas de ação” ditados pela Administração superior. Um deles pareceu-me uma Política de Estado e não uma Política de Governo. Foi o caso do Programa Estadual de Estradas de Rodagem, sempre retomado pelos governadores eleitos como necessidade para o desenvolvimento do Estado. Assim, a “malha rodoviária” partiu da Capital para várias regiões do Estado: a rodovia “Raposo Tavares” seguiu pela região da Sorocabana até além de Presidente Prudente permitindo atingir o Estado de Mato Grosso do Sul e o norte

do Paraná; a “rodovia Rondon”, aos poucos, chegou para os lados de Araçatuba e o Mato Grosso; a “Anhanguera” chegou a Ribeirão Preto e limite de Minas Gerais; a “Washington Luís” seguiu a noroeste rumo ao Triângulo Mineiro e Brasília; a rodovia “Presidente Dutra” uniu, a leste, São Paulo e o Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro e a “Castelo Branco” rumo a oeste passando por Sorocaba atingiu a rodovia Bauru-Ipaussu. A “Fernão Dias” caminhou no sentido de Belo Horizonte e a “Regis Bittencourt”, após muitos transtornos, alcançou Curitiba. Esse plano do governo do Estado de São Paulo não é um projeto meramente técnico. Ele foi um projeto técnico-político. Colocou a capital de São Paulo como centro de desenvolvimento do país, ponto de radiação para vários Estados. Foi, ao mesmo tempo, um projeto de governo que decidiu colocar “a escanteio” as ferrovias paulistas, primeiro suprimindo os “ramais” das ferrovias e depois desativando os trens de passageiros. Esse direcionamento veio a fortalecer gradativamente o transporte por meio de caminhões, gerando uma categoria com forte apelo político. Esta decisão de governo atendeu à política federal voltada para a nascente indústria automobilista e, com o asfaltamento das rodovias, abriu caminho aos proprietários de ônibus estaduais e interestaduais. Toda essa política gerou dinamismo muito palpável na região do ABCD paulista criando intensa industrialização de autopeças, paralela à industrialização automobilística. Mas, essa política de intenso desenvolvimento acabou com a indústria ferroviária paulista que se revelara, de início, com forte pegada na construção de vagões de carga e passageiro e de boas locomotivas. Até hoje temos que importar composições de metrô. Isso é o que os administradores designam de “os resultados não intencionais da prática dominante”. Uma Política de Estado deve estar atenta aos resultados não esperados de sua Política de Poder transitório. É preciso construir e não destruir o que custou muito trabalho do povo para surgir! É difícil harmonizar a *política de manutenção* com a *política de inovação* numa sociedade comandada pelo capital. A história se repete para defesa do Estado capitalista. Quando o BNH atingiu número alto de contratos durante a ditadura, o Estado federal mudou a forma de contrato para aquisição da casa própria, enfraquecendo politicamente o contrato anterior em sucessivas modificações ao criar novas modalidades de aquisição da moradia.

10. Milton Santos percebeu, muito bem, os resultados da Globalização e os efeitos anteriores das Empresas Transnacionais que, a rigor, ultrapassaram o Estado Moderno em poder e ação. Essa nova realidade cria exigências aos trabalhadores, colocando por cima do operário ou funcionário a culpa pelo resultado adverso que a empresa venha a ter. Cria-se, então, a *necessidade de qualificação* por meio de cursos direcionados intencionalmente aos fins e objetivos do negócio, como faz o “Sistema S”. Nesse diapasão, a Informática cria uma multidão de “desclassificados” aumentando o número de rejeitados pelo “sistema de ação”. Essa “política de qualidade” guiada pelo poder cria terror entre os trabalhadores que, muitas vezes, nunca tiveram a oportunidade de aperfeiçoamento e são rejeitados *in limine* e taxados de analfabetos e incompetentes. Cria-se, ano-a-ano, multidões de desempregados. Daí, a necessidade urgente, urgentíssima de **Políticas Públicas** que socorram os necessitados neste mundo de desigualdade que o capitalismo ampliou. Quem salvará o trabalhador necessitado? Sem uma política ampla de investimentos comandada por sérias aspirações sociais e humanas não se sairá da tormenta que poderá abater, ainda mais, a Sociedade Civil!

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ELIAS, Denise. **Meio Técnico-Científico-Informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto**. Tese de doutorado. São Paulo: USP- Departamento de Geografia da FFLCH, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã e outros escritos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- LALANDE, André. **Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.
- SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico Informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEPS**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.